

OLIMPÍADA BRASILEIRA EM HISTÓRIA DO BRASIL

3º CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: HISTÓRIA DO ÍNDIO NA SALA DE AULA

Professora Cristiane Aparecida Fontana Grümmer (Instituto Federal Catarinense – campus Videira)

::: Aula 1 – Breve biografia de Albert Eckhout :::

Albert van der Eckhout (1610-1666). Pintor e desenhista holandês. A serviço do conde Maurício de Nassau (1604-1679), governador-geral do Brasil Holandês, Eckhout viajou para o Brasil, onde permaneceu por sete anos (1637-1644). Entre os companheiros, na comitiva de Nassau, destacam-se os artistas Frans Post (1612-1680) e Georg Marcgraf (1610-1644). No período em que esteve no Nordeste brasileiro desenvolveu intensa atividade como documentarista da fauna e da flora e como pintor de tipos humanos. A estada no Brasil é considerada sua principal fase. Nesse período, produziu cerca de 400 desenhos e esboços a óleo presenteados por Nassau a Frederich Wilhelm, em 1652, e agrupados por Christian Mentzel, entre 1660 e 1664, nos volumes *Theatri Rerum Naturalium Brasiliae* e *Miscellanea Cleyeri*, pertencentes hoje à Biblioteka Jagiellonska, Cracóvia, Polônia. Produziu também 26 telas a óleo presenteadas a Frederik III (1609 - 1670), rei da Dinamarca, em 1654, das quais 24 encontram-se hoje conservadas no Departamento de Etnografia do Nationalmuseet [Museu Nacional da Dinamarca] em Copenhague.

[Adaptado de <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/index.cfm/fuseaction/artistas/biografia/verbete70>]

::: Aula 1 – Verbetes Índios :::

A palavra **índio** como designativa dos povos nativos da América resultou, antes de tudo, do equívoco de Colombo, que julgou ter chegado às Índias, e não a um novo continente, em 1492. Mas a palavra prosperou no imaginário ocidental. Na América Portuguesa, **índio** era termo empregado para designar as mais diversas etnias, grupos e culturas nativas. Os portugueses, em princípio, não atentavam para as variações e adotaram a distinção entre tupi e tapuia, sendo **tapuia** o nome que os **tupis** utilizavam para designar os grupos que não falavam sua própria língua. Mas o grupo linguístico **tupi** possuía inúmeras etnias que se localizavam em pontos do litoral e do interior da América Portuguesa: *tupiniquim*, *tamoio*, *tupinambá*, *caeté*, *potiguar*, *temiminó*, entre outros. O termo **tapuia** aludia a grupos linguísticos diversos: *jê*, *karib*, *arawak* e famílias linguísticas menores.

Por desconhecerem estas divisões, os portugueses empregavam estes termos genéricos e identificaram os grupos específicos como “nações”, que nem sempre se referiam a **culturas étnicas**. Por outro lado, ao utilizarem também o vocábulo genérico de **gentio** para aludirem aos índios, os colonizadores inseriram os índios no imaginário cristão, classificando-os não a partir das tradições indígenas, mas do **ponto de vista dos europeus (etnocentrismo)**.

Já na Europa, o contato com a natureza e com as culturas da América causou forte impacto entre os sábios renascentistas. Não havia notícias sobre esse continente e sua gente na tradição ocidental. Nem a Bíblia, nem mesmo Aristóteles e Plínio mencionaram a existência dessa parte da humanidade. Especulou-se que os índios deviam ser ora oriundos das sete tribos perdidas de Israel, ora da Atlântida, da Grécia, da China ou da África. Os debates em torno do problema duraram mais de um século.

Na América Portuguesa, desde cedo os religiosos, sobretudo os jesuítas, destacavam a humanidade dos índios e seu pendor para a cristianização, fazendo eco à decisão da Igreja de Roma estabelecida em 1537 pelo Papa Paulo III (*Bula Veritas Ipsa*, defesa da conversão e contrária a escravidão indígena).

Entusiasmado com a perspectiva missionária, o jesuíta Manuel da Nóbrega (1517-1570) chegou a dizer que os índios eram como papel em branco em que se poderia escrever à vontade, embora em outros textos tenha revelado dúvida sobre a disposição do gentio para abraçar a “verdadeira fé”. Muitos repetiram à farta, fossem leigos ou religiosos, que os índios não pronunciavam as letras F, L e R porque não tinham fé, nem lei, nem rei. Os próprios jesuítas, no entanto, muitas vezes duvidavam da possibilidade da catequese diante do **canibalismo**, da **nudez**, e de certas manifestações que chamaram de **feiticeira**.

Os colonos, por sua vez, não tinham dúvida em classificar os índios como **selvagens e bárbaros**. Se eram “criaturas de Deus” não passariam de seres inferiores que deviam **servir aos empreendimentos coloniais**. Seriam, enfim, escravos naturais.

Por vezes, os europeus explicavam o **barbarismo indígena** por intermédio da **natureza**, vendo-os quase como animais. Mas o barbarismo poderia ser **obra do demônio**, que, ao conquistar a América, submeteu seus habitantes a uma vida de penúria e sofrimento. As guerras, o canibalismo e a nudez resultariam do **domínio infernal** sobre o continente, só extirpável pela intervenção da cruz ou da espada. Havia, portanto, três possíveis explicações para a origem e a natureza do índio: **o cristão em potencial, o bárbaro e o demoníaco**. O cristão em potencial e o demoníaco pressupunham que europeus e ameríndios possuíam a mesma natureza.

A **colonização**, portanto, desempenharia a missão de reverter a degradação, regenerar e salvar almas que padeciam de tormentos infernais. Nos primeiros séculos de colonização havia, portanto, uma dicotomia básica. Os **missionários**, particularmente os jesuítas, defendiam a conversão e a “liberdade” dos índios, enquanto os **colonos**, necessitados de mão de obra, lutavam pelo direito de escravizar os nativos.

No século XVIII, porém, as explicações para a diversidade humana tornaram-se, paulatinamente, mais difusas, e perderam, em parte, a ênfase teológica. Com o avanço da Ilustração, deixou-se de pensar a inserção do índio na sociedade “civilizada” apenas por meio da conversão ao cristianismo. Os indígenas livres deveriam **se comportar como europeus**, seja na língua, na religiosidade, nas regras de comportamento, seja na participação da vida econômica como trabalhadores, comerciantes ou membros de milícias destinadas a assegurar as fronteiras do império.

O processo civilizacional do *Diretório dos Índios* (1757), editado no período pombalino, implantou a cultura do conquistador como norma a ser seguida por todos os índios. Eles seriam livres desde que seguissem os padrões de comportamento e moral dos europeus. Esse **projeto de inserção** do índio à sociedade criada pelo colonizador na América permaneceu vigente durante toda a segunda metade do século XVIII, mas teve resultados desastrosos para as culturas nativas. Os índios padeceram de fome e epidemias devastadoras e muitas comunidades sucumbiram antes de alcançar o estágio de “civilização” preconizado pelos representantes ilustrados da coroa portuguesa.

[Extraído e adaptado de: RAMINELLI, Ronald. “Índios”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 304-306.]